

Factos relevantes ocorridos no 2.º Trimestre 2021

- **Covid-19:** Permanência da pandemia e das medidas legislativas e administrativas adotadas no seu combate, com expressão nos fluxos financeiros em todos os setores do universo de reporte das PPP.
- **Portagens:** Publicação da Portaria n.º 138-D/2021, de 30 de junho, que estabelece vários novos regimes de portagens com aplicação diferenciada.
- **Hospital de Cascais:** Conclusão da fase de qualificação com o envio do convite à apresentação de propostas aos candidatos qualificados.
- **Hospital de Lisboa Oriental:** Aprovação do Primeiro Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas por parte dos órgãos competentes. Posteriormente, foi dado início à fase de negociação nos termos previstos no Programa do Procedimento.
- **Hospital de Vila Franca de Xira:** Extinção por caducidade em maio de 2021 do contrato relativo à prestação de serviços clínicos.
- **Resolução de Litígios:**
 - ❖ **Algarve Litoral:** Instauração pela IP de uma ação de anulação da decisão arbitral proferida no âmbito do processo cautelar associado à ação principal de rescisão do contrato de subconcessão reformado.
 - ❖ **Subconcessão Baixo Tejo:** Aprovação do relatório fundamentado sobre os resultados do processo negocial do pedido de REF do contrato com fundamento na impossibilidade de construção da ER377-2 (incluindo Avenida do Mar).
 - ❖ **Subconcessão Metro do Porto:** Submissão de um novo pedido de REF, com fundamento no aumento de custos em matéria de serviços de limpeza inerentes ao Contrato de Subconcessão.
 - ❖ **Hospital de Braga:** Prolação da decisão arbitral relativa ao processo instaurado pela EGEst para dirimir diversos diferendos relacionados designadamente com a aplicação do ICM.
 - ❖ **Hospital de Vila Franca de Xira:** Notificação pela EGEst à ARSLVT da sua pretensão de submeter ao procedimento de mediação a resolução do diferendo relacionado com a aplicação de pontos de penalização contratual.
 - ❖ **Concessão do Terminal de Contentores de Alcântara:** Prolação da decisão judicial que julgou extinta a ação de declaração de nulidade do aditamento ao contrato de concessão.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP nos primeiros 6 meses de 2021 ascenderam a 866,0M€, valor em linha com igual período homólogo.

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	AC 2021	Peso no Total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Rodoviário	727 129	84%	707 662	3%	1 218 344	60%
Ferroviário	25 076	3%	23 154	8%	53 605	47%
Aeroportuário	-	0%	-	n.a.	-	n.a.
Saúde	129 362	15%	150 652	-14%	276 479	47%
Portuário	(14 733)	-2%	(13 557)	-9%	(28 843)	51%
Oceanário	(830)	0%	(1 149)	28%	(1 037)	80%
TOTAL	866 004	100%	866 763	0%	1 518 547	57%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2021.

Nota:

(1) Os valores apresentados para o setor Portuário e o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica, o que não corresponde ao resultado aritmético da variação dos valores apresentados (i.e., uma diminuição das receitas é apresentada como um aumento percentual dos encargos líquidos, e vice-versa).

(2) Os valores da coluna 2021P correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2021, com exceção do setor portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

Principais variações dos encargos nos primeiros 6 meses de 2021 face aos primeiros 6 meses de 2020:



Rodoviário: Aumento das receitas de portagens (+5,8M€) essencialmente pela recuperação do tráfego em comparação com o período homólogo.



Saúde: Diminuição dos encargos com as EGEst (-18,7M€) explicado maioritariamente pela diminuição de pagamentos de reconciliação (-12,2M€) e pelo término de um contrato de gestão (-5M€).



Rodoviário: Aumento dos encargos brutos (+25,3M€) decorrente de pagamentos adicionais no âmbito de um processo arbitral (+41,2M€), compensado pela diminuição de pagamentos por Compensações/REF (-23,4M€) e Pagamento por serviço (-14,4M€).



Ferroviário: Aumento dos encargos com o Metro do Porto (+1,9M€).

Setor Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos do setor público com o **setor rodoviário** ascenderam a 727,1M€, nos primeiros 6 meses de 2021, representando um aumento de 3% face a igual período de 2020 (+19,5M€). Esta evolução é justificada pelo aumento dos encargos brutos (+3%) compensado em parte pelo aumento das receitas de portagem (+4%).

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	AC 2021	Peso no Total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Encargos brutos	867 053	100%	841 758	3%	1 574 385	55%
Pagamentos por Disponibilidade	812 969	94%	747 708	9%	1 313 444	62%
Concessões	453 275	52%	425 559	7%	755 173	60%
Subconcessões	359 694	41%	322 149	12%	558 270	64%
Custos com serviço de cobrança de portagem⁽¹⁾	18 326	2%	20 816	-12%	42 811	43%
Pagamento por serviço⁽²⁾	30 746	4%	45 136	-32%	70 041	44%
Compensações/REF's	3 346	0%	27 489	-88%	24 247	14%
Grandes Reparações	1 665	0%	609	173%	123 843	1%
Receitas	139 924	16%	134 096	4%	356 042	39%
Concessões	125 368	14%	117 560	7%	313 518	40%
Subconcessões	14 208	2%	15 831	-10%	32 280	44%
Outros ⁽³⁾	348	0%	704	-51%	10 244	3%
Encargos líquidos totais	727 129	84%	707 662	3%	1 218 344	60%
Taxa de cobertura	16%		16%		23%	71%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

(1) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão anteriormente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).

(2) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.

(3) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easytoll).

O aumento face a período homólogo em 25,3M€ dos encargos brutos é explicado, entre diversos motivos, pelo seguinte:

- **Algarve Litoral:** Aumento de 41,2M€ relativos ao processo cautelar associado à ação arbitral principal de rescisão do contrato de subconcessão reformado, por conta de trabalhos já realizados pela subconcessionária (36,9M€) e uma componente mensal de 1,4M€ (cerca de 4,3M€ referente a 3 meses) até que seja proferida decisão final nos autos principais;
- **Norte e Beiras Litoral e Alta:** Aumento dos pagamentos de reconciliação em cerca de 7,9M€ face a igual período de 2020;
- **Norte, Grande Porto, Beira Interior e Pinhal Interior:** Aumento dos pagamentos por disponibilidade realizados às concessionárias resultante da evolução contratualmente prevista das tarifas (+6,7M€);

(cont.)

- **Norte Litoral:** Variação em cerca de 5,5M€, em virtude da aplicação da cláusula de neutralidade fiscal, sendo este aumento o resultado de um pagamento, de 2,9M€, no período em análise, que contrasta com uma dedução, de cerca de 2,6 M€, no período homólogo.

Cujos efeitos foram parcialmente mitigados por:

- **Litoral Centro e Douro Litoral:** Não ocorrência de pagamentos de compensação para REF (-16,4M€), durante o semestre em apreço em comparação com o período homólogo. No 1º semestre de 2020, no caso do Douro Litoral, ocorreu um pagamento de carácter excepcional relativo a encargos de processo arbitral, enquanto que no caso do Litoral Centro ocorreu a liquidação do montante devido e não liquidado em 2019;
- **Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Transmontana e Litoral Oeste:** Diminuição do valor dos pagamentos por serviço em cerca de 14,4M€, decorrente da quebra de tráfego verificada em 2020 devido às respetivas medidas restritivas de circulação de pessoas para combate à Covid-19 (esta componente tem por base o valor de tráfego total do ano anterior);
- **Litoral Oeste e do Baixo Tejo:** Ausência de pagamentos de compensação, fruto dos acordos alcançados referentes aos litígios relativos aos Dispositivos Eletrónicos de Matrícula, em comparação com o período homólogo (-7,0M€); e

Adicionalmente, o aumento da receita de portagens (5,8M€) face ao período homólogo é explicado, maioritariamente, pela forte recuperação (+57%) sentida no tráfego no segundo trimestre de 2021 face a 2020, que compensou a quebra de tráfego (-26%) verificada no primeiro trimestre de 2021 face a igual período de 2020, quebra essa devida às limitações de circulação implementadas para combate à pandemia Covid-19.

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos acumulados do setor público com as parcerias da **saúde**, nos primeiros 6 meses de 2021, ascenderam a 129,4M€, representando um decréscimo de cerca de 21,3M€ (-14%) face aos encargos incorridos em igual período de 2020. Este decréscimo resulta da diminuição dos encargos associados às EGEst (-18,7M€) e às EGEd (-2,6M€) face ao período homólogo.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Hospitais PPP - Estabelecimentos	110 305	85%	129 003	-14%	238 058	46%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	103 597	80%	109 062	-5%	203 000	
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	2 422	2%	14 578	-83%	11 549	
Protocolos/outros ⁽³⁾	4 286	3%	5 363	-20%	23 509	
Hospitais PPP - Edifícios	19 057	15%	21 649	-12%	38 421	50%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	17 349	13%	18 668	-7%	34 526	
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	1 708	1%	2 981	-43%	3 895	
Encargos Totais	129 362	100%	150 652	-14%	276 479	47%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:

(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Pagamentos de reconciliação, nos termos contratualmente previstos, de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os devidos relativamente a períodos anteriores.

(3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido no Hospital de Cascais, pagamentos referentes às doenças lisossomais no Hospital de Braga, realizados ao abrigo do programa específico de financiamento, previsto no Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, de 15 de setembro de 2009, (ii) valores pagos no âmbito do programa de financiamento (centralizado) para o tratamento da hepatite C crónica, estabelecido pelo Ministério da Saúde no ano de 2015.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
H. Cascais	42 674	33%	42 617	0%	95 479	45%
EG Estabelecimento	37 556	29%	36 823	2%	86 274	44%
EG Edifício	5 118	4%	5 794	-12%	9 206	56%
H. Braga	4 162	3%	4 903	-15%	7 183	58%
EG Estabelecimento	261	0%	-	n.a.	-	n.a.
EG Edifício	3 901	3%	4 903	-20%	7 183	54%
H. Loures	50 860	39%	65 622	-22%	127 672	40%
EG Estabelecimento	44 416	34%	59 157	-25%	113 573	39%
EG Edifício	6 444	5%	6 465	0%	14 100	46%
H. VFXira	31 666	24%	37 510	-16%	46 144	69%
EG Estabelecimento	28 072	22%	33 023	-15%	38 212	73%
EG Edifício	3 594	3%	4 487	-20%	7 932	45%
TOTAL	129 362	100%	150 652	-14%	276 479	47%
Estabelecimentos	110 305	85%	129 003	-14%	238 058	46%
Edifícios	19 057	15%	21 649	-12%	38 421	50%

Relativamente às EGEst, as principais variações devem-se:

- **Hospital de Loures:** Não ocorrência no 1º semestre de pagamento de reconciliação (-14,7M€) quando comparado com o semestre homólogo; e
- **Hospital de Vila Franca de Xira:** Decréscimo do valor de pagamentos contratuais (-5,0M€) decorrente do término do contrato de gestão.

Quanto às EGEd, a redução deve-se: à (i) diminuição nos termos contratualmente previstos da componente fixa de todos os contratos (-1,3M€ em comparação com o período homólogo) e; (ii) não ocorrência de pagamentos de reconciliação na EGEd Vila Franca de Xira (-0,7M€).

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Boletim PPP – Análise da execução financeira nos primeiros 6 meses de 2021

Versão flash

Setor Portuário

Execução financeira

O valor acumulado das receitas das parcerias **portuárias** nos primeiros 6 meses ascendeu a 14,7M€ valor superior ao período homólogo (9%). Este aumento deve-se essencialmente ao aumento dos fluxos financeiros referentes ao Terminal de Contentores de Alcântara (+0,6M€) e ao Terminal de Contentores de Sines XXI (+0,5M€).

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Porto de Douro e Leixões	11 524	78%	11 509	0%	21 069	55%
Terminal de Contentores de Leixões	10 041	68%	10 033	0%	18 435	54%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	1 483	10%	1 477	0%	2 633	56%
Porto de Lisboa	1 524	10%	889	71%	2 833	54%
Terminal de Contentores de Alcântara	1 524	10%	889	71%	2 833	54%
Porto de Sines	1 685	11%	1 158	46%	4 941	34%
Terminal de Contentores de Sines XXI	1 685	11%	1 158	46%	4 941	34%
TOTAL	14 733	100%	13 557	9%	28 843	51%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: Os fluxos financeiros referem-se a pagamentos efetuados pelas concessionárias às Administrações Portuárias, receitas, e decompõem-se numa componente fixa e/ou variável, sendo esta última calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos com o setor **ferroviário** ascenderam nos primeiros 6 meses de 2021 a 25,1 M€, um montante superior em 8% face ao registado no período homólogo. O aumento verificado nos deve-se, essencialmente, ao aumento dos encargos com o Metro do Porto decorrente da diminuição do valor de referente a penalidades, em comparação com o período homólogo (-1,7M€).

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Concessão do MST	3 751	15%	3 737	0%	9 541	39%
Concessão Eixo Norte/Sul	-	0%	-	n.a.	-	n.a.
Subconcessão Metro do Porto	21 326	85%	19 418	10%	44 063	48%
TOTAL	25 076	100%	23 154	8%	53 605	47%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pelo Metro do Porto, S.A..

Oceanário

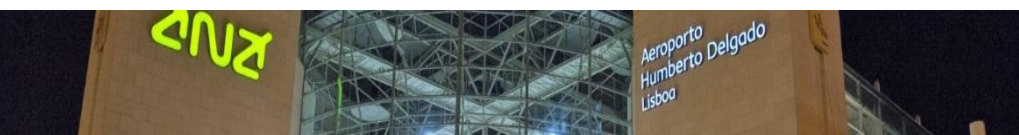
Execução financeira

O valor acumulado dos pagamentos realizados, nos primeiros 6 meses de 2021, pelo **Oceanário** ao parceiro público ascendeu a 0,8M€, valor inferior em 28% face ao período homólogo, decorrente da redução da componente variável (componente calculada anualmente com base nas receitas da concessão do ano anterior), que sofreu uma redução devido ao impacto das limitações impostas decorrente da doença Covid-19.

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Remuneração mensal	671	81%	673	0%	n.a.	n.a.
Componente variável	159	19%	477	-67%	n.a.	n.a.
TOTAL	830	100%	1 149	-28%	1 037	80%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.



Execução financeira

Os contratos de concessão a cargo da **ANA – Aeroportos de Portugal** não preveem, numa base recorrente, encargos para o parceiro público. Pelo contrário, nos termos dos contratos atualmente em vigor, preveem-se receitas numa base recorrente para o setor público, as quais terão início apenas em 2023. Assim, não ocorreu qualquer fluxo financeiro nos primeiros 6 meses de 2021 nem no período homólogo de 2020.